



# GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

## NOTAS SOBRE A VIRADA CRÍTICA DE KANT (1769-70)

BRUNO BUENO POLI<sup>1</sup>

**Resumo:** O problema de determinar os fatores que motivaram a virada crítica de Kant de 1769-70 é histórico. Acerca dele, pelo menos dez teses já foram defendidas, designando como tais: as antinomias, as antinomias conjuntamente com epistolário Leibniz-Clarke ou Hume ou Platão, o conflito entre os fundamentos do conhecimento, o comércio psicofísico e as contrapartes incongruentes, a fundamentação da matemática, o espinosismo, ou autores isolados como Hume ou Leibniz. O objetivo do presente artigo é expor cada uma dessas teses.

**Palavras-chave:** Kant. Gênese. Origem. Filosofia Crítica. Filosofia pré-crítica.

## NOTES ON KANT'S CRITICAL TURN (1769-70)

**Abstract:** The problem of the determination of the motivating factors that led Kant to his critical turn of 1769-70 is a historical one. At least ten theses have been defended on it until now, designating as such: the antinomies, the antinomies plus Leibniz-Clarke epistolary or Hume or Plato, the conflict between the foundations

---

1. Mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da PUC-SP. E-mail: [brunopolibueno@gmail.com](mailto:brunopolibueno@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0003-1278-030X>

of knowledge, the mind-body problem and the incongruent counterparts, the foundation of mathematics, Spinozism, or isolated authors as Hume or Leibniz. The main purpose of this paper is to expound each one of these theses.

**Keywords:** Kant. Genesis. Origin. Critical philosophy. Pre-critical philosophy.

## 1. INTRODUÇÃO

A virada crítica de Kant de 1769-70 (*Umwälzung*<sup>2</sup>) é caracterizada pelas duas principais teses da *Dissertação Inaugural*<sup>3</sup>: (a) a distinção de gênero entre sensibilidade e entendimento (SENS-ENT); (b) a idealidade e subjetividade do espaço e tempo (ISET). Diversos autores da *Kant-Forschung* já refletiram sobre ela, gerando como resultado pelo menos dez teses acerca dos fatores que a motivaram: antinomias<sup>4</sup>, antinomias e epistolário de Leibniz-Clarke<sup>5</sup>, antinomias e Hume<sup>6</sup>, antinomias e Platão<sup>7</sup>, o conflito entre os fundamentos do conhecimento<sup>8</sup>, o problema do comércio psicofísico e das contrapartes incongruentes<sup>9</sup>, a fundamentação da matemática<sup>10</sup>, o espinosismo<sup>11</sup>, Hume<sup>12</sup> e Leibniz<sup>13</sup>. Esses autores buscaram determinar os fatores que motivaram (a) e (b). Há controvérsias quanto a qual das teses é mais relevante para a caracterização da *Dissertação* como primeiro trabalho crítico; não obstante, comum a todos é a tentativa de reconstruir os caminhos que levaram Kant a afirmá-las.

Com efeito, por trás da multiplicidade de teses há uma unidade metodológica. Kuno Fischer foi não somente o primeiro a lidar com o problema da gênese da filosofia crítica, mas também aquele a oferecer um método para realizar tal tarefa. Segundo ele, o *corpus* kantiano deve ser dividido em dois períodos: o pré-

---

2. Tomo emprestado o termo de ERDMANN (1878, p. LXXXIII) e TONELLI (1963) e utilizá-lo-ei a partir daqui para referir-me a esse fenômeno.

3. “*De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*” (1770) (AA 2: 385-419). Daqui para frente, referir-nos-emos a ela apenas como *Dissertação*. As referências a Kant remeterão à edição da Akademie-Asugabe e seguirão o padrão: AA Volume: página. A única exceção será de citações da *Crítica da razão pura*, a qual utilizaremos o padrão KrV, A ou B, em acordo, respectivamente, com a primeira (1781) ou segunda edição (1787), seguida da página. Ex: KrV A741 ou B741.

4. Cf. ERDMANN, 1878 e 1884

5. Cf. CASSIRER, 1993, p. 577; VAIHINGER, 1892, p. 436.

6. Cf. KUEHN, 1983; KREIMENDAHL, 1990; ERTL, 2002

7. Cf. WUNDT, 1924

8. Cf. TONELLI, 1963

9. Cf. REICH, 1958

10. Cf. FISCHER, 1869

11. Cf. HEIMSOETH, 1925

12. Cf. PAULSEN, 1875

13. Cf. WINDELBAND, 1880

crítico (1747-1770) e o crítico (1770-em diante)<sup>14</sup>. Compreender o primeiro é condição necessária para compreender o segundo, pois a gênese deste desenvolve-se a partir daquele. Assim, a tarefa de explicitação de sentido da filosofia crítica exige uma abordagem genética dos trabalhos pré-críticos<sup>15</sup>. Como o objetivo do presente artigo é expositivo, ou seja, pretendemos apenas apresentar como a reconstrução e, através dela, a defesa de sua tese é feita por cada autor, não avaliaremos a plausibilidade delas, o que seria tarefa para um outro artigo.

## 2.1. ANTINOMIAS (ERDMANN)

Começaremos nossa exposição com a tese de Erdmann, pois ela foi a mais influente na literatura. Segundo ele, há quatro características da *Umwälzung*: (a) espaço e tempo não são mais conceitos, mas formas da intuição; (b) eles são *a priori*, independem da experiência; (c) conhecimento sensível só é possível do fenômeno (e não das coisas em si), sendo espaço e tempo condições necessárias desses; e, por fim, (d) conhecimento racional diz respeito a coisas em si<sup>16</sup>. Os três primeiros aparecem na *Dissertação* e são retidos quase sem modificações na primeira *Crítica*; (d), ao invés disso, muda para o seu contrário de um trabalho ao outro. Disso, Erdmann conclui que os 11 anos da década silente devem ter sido dedicados ao último. Assim, afirma-se a distinção de dois principais momentos para o desenvolvimento da filosofia crítica: 1769-70 e 70-81. Correlativamente, eles respondem a dois problemas diferentes<sup>17</sup>. Quais são eles?

No que tange ao segundo, sua designação é fácil, ele diz respeito àquele problema formulado na carta a Herz, cuja resposta constitui o núcleo central da primeira crítica, a dedução transcendental: „Auf welchem Grunde beruht die Beziehung desjenigen, was man in uns Vorstellung nennt, auf den Gegenstand?“ (AA 10: 130).

Quanto ao primeiro, ele é identificado com o problema das antinomias<sup>18</sup>. Erdmann argumenta, com Kant, que o erro que leva a estas consiste em uma pressuposição da razão, a saber, de tomar fenômenos por coisas em si. Se o filósofo de Königsberg modifica esse pressuposto em 1769-70 argumentando a favor do idealismo transcendental, isto é, distinguindo fenômeno de coisa em si e limitando

14. Cf. FISCHER, *Geshichte der Neueren Philosophie*, 1909 (1882), p. 129-145

15. FISCHER, 2010 (1858), p. 217. Para autores ecoando essa leitura de Fischer e indentificando-o como o primeiro a propô-la: cf. PAULSEN, 1875, p. III e 1899, p. 76; VAHINGER, 1881, p. XI; HINSKE, 1970, p. 10-11; SCHMITT, tradutor do *Clavis Kantiana* ao alemão, 2010, p. 207-8.

16. ERDMANN, 1878, p. LXXXIII

17. ERDMANN, 1878, p. LXXXIV-V

18. *Ibid.*, p. LXXXV. Atualmente, aceita a teoria da tripartição do desenvolvimento das antinomias proposta por HINSKE (1965, p. 494-6), não poderíamos falar das antinomias em geral como motivadoras, mas da segunda parte de seu desenvolvimento (cf., particularmente, p. 494).

o conhecimento sensível ao primeiro, então ele tinha esse problema em vista quando formulou aquelas teses<sup>19</sup>. O idealismo transcendental, por sua vez, “liegt eben in den beiden Wahrnehmungen, die zuerst in der *Dissertation* ausgesprochen sind, dass Raum und Zeit Anschauungen *a priori* und als solche bloss subjectiv und ideal sind”<sup>20</sup>. Portanto, *o problema das antinomias conduz à afirmação da (ISET)*.

Como base material de sua argumentação, Erdmann<sup>21</sup> oferece particularmente dois textos de Kant:

Em primeiro lugar, uma passagem dos *Prolegômenos*:

“Dieses Product der reinen Vernunft in ihrem transscendenten Gebrauch [antinomias] ist das merkwürdigste Phänomen derselben, welches auch unter allen am kräftigsten wirkt, *die Philosophie aus ihrem dogmatischen Schlummer zu erwecken und sie zu den schweren Geschäften der Kritik der Vernunft selbst zu bewegen.*” (AA 4: 338 [ênfase minha])

Em segundo, a famosa R5037, redigida, segundo Adickes, entre 1776-78. Nela, Kant afirma que “Das Jahr 69 gab mir grosses Licht” (AA 18: 69) logo após fazer referência a um suposto “ponto” (*dieser Punkt*) que deveria ser resolvido em uma ciência (presumivelmente, a metafísica), uma “doutrina” (*Lehrbegriff*) que o resolveria e a tentativa de provar “proposições e seus contrários” (*Sätze und ihr Gegenteil*). Claro que, em acordo com o que vimos, Erdmann defende que a *Lehrbegriff* é a (ISET) e o problema a ser resolvido, o das antinomias (“*dieser Punkt*” e “*Sätze und ihr Gegenteil*”)<sup>22</sup>.

A argumentação de Erdmann em 1884 é, grosso modo, bastante semelhante, mas com mais suporte material para suas afirmações, onde, dentre outros documento<sup>23</sup>, figura a carta a Garve de 1798, na qual Kant admite que:

“Nicht die Untersuchung vom Daseyn Gottes, der Unsterblichkeit etc. ist der Punct gewesen von dem ich ausgegangen bin, sondern die Antinomie der r. V [razão pura] [...]; *diese war es welche mich aus dem dogmatischen Schlummer zuerst aufweckte und zur Kritik der Vernunft selbst hintrieb [...]*” (AA 12: 258 [ênfase minha]).

## 2.2. ANTINOMIAS E LEIBNIZ-CLARKE (CASSIRER)

Uma segunda leitura, consonante e complementar àquela de Erdmann é a de Cassirer, o qual concorda que “las antinomias son esclarecidas, dominadas

19. ERDMANN, 1878., p. LXXXVI

20. Ibid.

21. Ibid., p. LXXXVII.

22. ERDMANN, 1878, p. LXXXVI; seguindo-o, CASSIRER, 1993, p. 577 e VAIHINGER, 1892, p. 436

23. AA 5: 344; 20: 291; 8: 241

y reducidas en la *teoría de la idealidad del espacio y el tiempo*.”<sup>24</sup>. Sua argumentação a favor de tal conclusão, contudo, é diferente.

Nos *Sonhos de um visionário* (1766)<sup>25</sup> Kant introduz um novo sentido de metafísica, distinto daquele tradicional da filosofia moderna, ou seja, daquela disciplina que investiga objetos transcendentais. Metafísica agora é também “eine Wissenschaft von den Grenzen der menschlichen Vernunft” (AA 2: 368). Assim, se o problema do trabalho de 1766 era “wie ist die Seele in der Welt gegenwärtig sowohl den materiellen Naturen als denen anderen von ihrer Art [?]” (AA 10: 71), ele é transformado no „problema de como a intuição de nuestros sentidos, que nos revela cuál es la conexión empírica de la naturaleza, se coordina com los puros conceptos de la razón [...]”<sup>26</sup>.

O primeiro movimento em direção à sua resolução consiste na investigação sobre a natureza da nossa intuição sensível, particularmente sobre a natureza da representação do espaço (e do tempo)<sup>27</sup>, e seria, ademais, impulsionada pela leitura do epistolário de Leibniz e Clarke, então recém-publicado<sup>28</sup>. O *opúsculo de 1768*<sup>29</sup> realiza essa investigação.

Nele, Kant defende uma concepção do espaço absoluto a partir de um fato da geometria, nomeadamente, das contrapartes incongruentes<sup>30</sup>. Esse espaço absoluto “[...] kein Gegenstand einer äußeren Empfindung, sondern ein *Grundbegriff* ist, der alle dieselbe zuerst möglich macht [...]” (AA 2: 383). Ou seja, se assim quisermos colocar, o espaço aqui já é condição de possibilidade da percepção externa. Note-se, entretanto, que ele é um “*Grundbegriff*”, um conceito. Sobre isso, o filósofo de Königsberg mesmo aponta: „[...] es nicht an Schwierigkeiten fehlt, die diesen Begriff umgeben, wenn man seine Realität, welche dem innern Sinne anschauend genug ist, durch Vernunftideen fassen will.” (AA 2: 383). Dito em outras palavras, embora o espaço seja *intuitivamente* claro aos sentidos, ao se *pensar* nele e em sua realidade, incorre-se em “dificuldades”. Essas dificuldades são contradições, que, segundo Cassirer, já apareciam na querela Leibniz-Clarke: possui o mundo um começo no tempo e é ele limitado no espaço? Ou será que ele não tem começo nem

24. CASSIRER, 1993, p. 577

25. „*Träume eines Geistersehers, erläutert durch Träume der Metaphysik*” (AA 2: 315-374)

26. CASSIRER, 1993, p. 574

27. Essa investigação também possui outra finalidade, de fundamentar mecânica e geometria.

28. Seguindo os passos de Vaihinger, CASSIRER fundamenta tal afirmação em diversas reflexões desse período. Cf nota 24, p. 577

29. “*Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume*” (AA 2: 375-383)

30. A finalidade do trabalho é explícita: „mein Zweck in dieser Abhandlung sei, zu versuchen, ob nicht in den anschauenden Urtheilen der Ausdehnung, dergleichen die Meßkunst [geometria] enthält, ein evidenten Beweis zu finden sei: daß der absolute Raum unabhängig von dem Dasein aller Materie und selbst als der erste Grund der Möglichkeit ihrer Zusammensetzung eine eigene Realität habe.” (Ak II, 378)

limites no espaço?<sup>31</sup>. “El problema del espacio y del tiempo se convierte, cuando se le considera y analiza con cuidado, en el *problema de las antinomias*”<sup>32</sup> e sua resolução é, em consonância com o que já afirmava Erdmann, a (ISET).

### 2.3. ANTINOMIAS E HUME (KUEHN, KREIMENDAHL, ERTL)

A tese mais hodierna é aquela formulada por Kuehn, Kreimendahl e Ertl. Um dos principais problemas para esses autores, a despeito de suas diferenças, é a conciliação dos textos usados por Erdmann para fundamentar sua tese, nomeadamente, a R5037, a carta a Garve de 1798 (AA 12: 258) e fala dos *Prolegômenos* (AA 4: 338) com a outra famosa fala deste último trabalho: “Ich gestehe frei: die Erinnerung des *David Hume* war eben dasjenige, was mir vor vielen Jahren zuerst den *dogmatischen Schlummer* unterbrach und meinen *Untersuchungen im Felde der speculativen Philosophie* eine ganz andre Richtung gab” (AA 4: 260 [ênfase minha]).

Diante desses quatro testemunhos de Kant, deve-se concluir que foi Hume ou foram as antinomias que o acordaram? São ambos os testemunhos de seu próprio desenvolvimento contraditórios ou será possível conciliá-los? Corresponde o “acordar” ao momento da “grande luz”, de 1769?

Resolvendo as primeiras duas questões, esses autores afirmam que a referência a Hume e às antinomias é uma e a mesma, pois foi através da leitura da seção 1.4.7. do *Tratado da Natureza Humana*, escrita pelo inglês e traduzida por Hamann, que Kant as descobriu<sup>33</sup>. Esse trecho do *Tratado* contém simultaneamente a crítica da a prioridade do princípio causal, a defesa de seu caráter subjetivo (“não é mais que uma determinação da mente”<sup>34</sup>) e a afirmação de contradições dos princípios da razão – da causalidade e da crença na existência do mundo externo<sup>35</sup>. Resta, portanto, a terceira pergunta.

31. Cf. Primeira antinomia, *KrV B 454*

32. CASSIRER, 1993, p. 577.

33. Kühn, 1983, p. 185; Ertl, 2002, p. 618; Kreimendahl, 1990, p. 5: „[...] der Humesche Einfluß und die Antinomieproblematik im Schlußabschnitt von Buch 1 des *Treatise* koinzidieren und daß es dieser Text war, von dem der entscheidende, die Transzendentalphilosophie initiiierende Impuls ausging“.

34. HUME, 2000, p. 298-99

35. “Mas, embora essas duas operações [raciocínio causal e crença no mundo externo] sejam igualmente naturais e necessárias à mente humana, em algumas circunstâncias elas são diretamente contrárias; é-nos impossível raciocinar de maneira correta e regular a partir de causas e efeitos e, ao mesmo tempo, acreditar na existência contínua da matéria. Como, portanto, conciliaremos tais princípios? [...] Ou, se não elegermos nenhum dos dois, mas em vez disso, dermos nosso assentimento a cada um sucessivamente, como é comum entre filósofos, com que confiança poderemos depois reivindicar esse glorioso título, tendo de modo consciente abraçado uma *contradição manifesta*?” HUME, 2000, p. 298 [ênfase minha]. Se a antinomia é caracterizada por uma contradição entre dois princípios básicos da razão (“*Widerstreit der Gesetze (Antinomie) der reinen Vernunft*”, *KrV B 434*), então o que temos aqui é a afirmação de seu caráter antinômico (Cf. KUEHN, 1983, p. 187). Some-se a isso outras duas notáveis afirmações de Hume nessa mesma seção: “Pois já mostrei que o entendimento, quando age

Kuehn rejeita a possibilidade de identificar o “acordar” com a “grande luz”, pois, dado que a *Dissertação* possui caráter *dogmático*, como o filósofo de Königsberg poderia ter acordado de seu *sono dogmático* um ano antes?<sup>36</sup> Mas há ainda outro problema: como identificá-los, se a tradução de Hamann foi publicada apenas em 1771?

Ertl e Kreimendahl, através de estratégias argumentativas diferentes, respondem a ambas as perguntas. Resumidamente, o primeiro argumenta que o caráter dogmático da *Dissertação*, a saber, a defesa de um uso real do entendimento para o conhecimento de realidades numéricas (AA 2: 393-5), é oferecido precisamente para lidar com as antinomias<sup>37</sup>; o segundo defende que

„Das Faktum ist somit eindeutig; die Ausführungen dieses Kapitels versuchten, mit historiographischen, biographischen und philologischen Gründen die Annahme plausibel zu machen, die sowohl durch Hamanns und Kants Zeugnisse als auch aus systematischen Erwägungen heraus notwendig gefordert ist: daß Kant die einschlägigen Passagen des *Treatise* nicht nur überhaupt, sondern schon um 1768/69 kannte“<sup>38</sup>

Desse modo, a *Umwälzung* acontece em função das antinomias; contudo, sua descoberta decorre da leitura de Hume e sua resolução consiste, segundo Kreimendahl, na afirmação de (ISET)<sup>39</sup>. Assim, eles concordam com Erdmann e Cassirer tanto na identificação das antinomias como problema central para a virada desse período quanto com a afirmação de (ISET) como resolução deste; não obstante, adicionam a influência de Hume como decisiva para a sua descoberta.

## 2.4. ANTINOMIAS E PLATÃO (WUNDT)

Wundt aceita com todos os anteriores que a *Umwälzung* ocorre em virtude das antinomias. Não obstante, disputa, por um lado, a suficiência das antinomias como único princípio explicativo dela e, por outro, a identificação de sua resolução com a (ISET): „Und deutlich tritt gleich an ihrem Eingang [da *Dissertação*] der Gedanke hervor, *durch den die Antinomien lösbar scheinen*, und in dem wir ohne allen Zweifel des großen Lichts des Jahre 1769 erkennen müssen: *Die Trennung der*

---

sozinho e de acordo com seus princípios mais gerais, destrói-se a si mesmo, sem deixar subsistir o menor grau de evidência em nenhuma proposição, seja na filosofia, seja na vida comum”, p. 300; “A visão intensa dessas variadas *contradições e imperfeições da razão humana* me afetou de tal maneira [...]”, p. 301 [ênfase minha]. Assim, torna-se difícil ignorar a semelhança com a descrição kantiana do caráter antinômico da razão.

36. KUEHN, 1983, p. 183

37. ERTL, 2002, p. 630-33

38. KREIMENDAHL, 1990, p. 101

39. KREIMENDAHL, 1990, p. 192

*anschaulichen und der Verstandeserkenntnis*”<sup>40</sup>. Agora, se algo além das antinomias motivou Kant a afirmar essa tese, que fator foi esse?

Wundt primeiro rejeita, contra Fischer<sup>41</sup>, que isso possa ter ocorrido apenas em função de um desenvolvimento interno da filosofia kantiana, pois “[b]estimnte äussere Anregungen sind es ja auch bisher immer gewesen, die seinem Denken neue Richtungen gaben”<sup>42</sup>. Ademais, a distinção entre dois mundos, agora consequência de sua fundamentação em duas fontes heterogêneas do conhecimento, já estava de algum modo presente em 1766 por influência de Swedenborg, mas ainda não havia sido articulada tão claramente quanto em 1770<sup>43</sup>. Assim, o fator determinante da *Umwälzung* não foi derivado de um desenvolvimento exclusivamente interno, mas também externo. Não obstante, qual exatamente?

Antes de responder positivamente a isso, Wundt nega a designação de Hume (Paulsen)<sup>44</sup> e Leibniz (Windelband)<sup>45</sup> como tais fatores. Contra o primeiro, ele nega que o conteúdo da fala dos *Prolegômenos* sobre Hume, da carta a Garve de 1798 e da R5037<sup>46</sup> refira-se a um mesmo momento do desenvolvimento filosófico de Kant<sup>47</sup>. Duas são as razões para tal rejeição: em primeiro lugar, como elas (*Prolegômenos* e carta a Garve) tem uma distância de 15 anos, Kant poderia ter errado quanto ao seu próprio desenvolvimento, o que, segundo Wundt, aconteceu com frequência; em segundo lugar, documentos (não se fala quais) dos trabalhos tardios de Kant mostram que o “acordar” teria ocorrido gradualmente e não abruptamente. Se esse é o caso, o filósofo de Königsberg poderia referir-se a dois momentos distintos. Por isso, e como se pode supor que a principal influência de Hume em Kant tenha ocorrido em 1763<sup>48</sup>, temos motivos para acreditar que elas de fato digam respeito a duas datas diferentes. Por fim, nem Hume é mencionado na *Dissertação* nem há vínculo entre as antinomias e o princípio causal, ponto central de sua influência<sup>49</sup>.

Contra a afirmação de que Leibniz (os *Novos ensaios sobre o entendimento humano*) teria sido a influência externa decisiva, Wundt declara três razões: (a) não há documentos que deem suporte para tal; (b) Leibniz é mencionado na *Dissertação*

40. WUNDT, 1924, p. 158 [ênfase minha]

41. Cf. seção 2.7 deste trabalho

42. Ibid., p. 161

43. Ibid.

44. Cf. seção 2.9 deste trabalho

45. Cf. seção 2.10 deste trabalho

46. Ibid., p. 159

47. O que é curioso, pois, conforme veremos, isso não faz parte da argumentação de Paulsen em seu *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der kantischen Erkenntnistheorie*, livro citado por Wundt.

48. Wundt tenta mostrar isso em seu trabalho. Cf. 1924, p. 137-8

49. WUNDT, 1924, p. 160. A ênfase na tradução do *Treatise* de Hume feita por Hamann começa apenas na década de 80 em função da publicação do artigo de KUEHN (1983) por nós citado. Assim, Wundt parte da tradicional interpretação da relação Kant-Hume, para a qual ela é caracterizada somente do ponto de vista do princípio causal, sendo o texto relevante os *Enquiry*, que Kant conhecia desde a década de 50.

apenas para ser criticado quanto à sua teoria do espaço e do tempo (AA 2: 404); (c) Kant não precisava aprender sobre a distinção lógica entre sensibilidade e entendimento através dele, pois ela estava presente em Wolff. Em consonância com isso, é a este que ele cita e tão somente para criticá-lo (AA 2: 394-5)<sup>50</sup>. Desse modo, a (SENS-ENT) não seria feita em função da influência dos *Novos ensaios*. Então, em função de que influencia?

„Die neue Einsicht [...] ist also aus einer bewussten Anknüpfung an die Gedanken der antiken, insbesondere der platonischen Philosophie gewonnen“<sup>51</sup>. Os fundamentos de tal conclusão são as declarações que o próprio Kant dá na *Dissertação*. Uma, ao criticar a tradição leibniz-wolffiana da distinção lógica entre sensibilidade e entendimento:

„Ich fürchte aber, daß der berühmte Wolff mittels dieses Unterschiedes zwischen den sinnhaften und den intellektuellen Erkenntnissen, der ihm nur ein logischer Unterschied ist, jene berühmte Erörterung des Altertums über die Natur der Phänomene und Noumena zum grossen Schaden der Philosophie vielleicht ganz in Vergessenheit gebracht und die Geister von deren Erforschung sehr oft nur auf logische Kleinlichkeiten abgelenkt hat“ (AA 2: 395).

A referência aos antigos é explícita: a pressuposição da continuidade entre sensibilidade e entendimento nega a ancestral distinção entre fenômeno e númeno. A outra menção a essa tradição é feita pouco depois, no final da segunda seção: „Hieraus erhellt, in welcher Weise man annehmen muß, daß die Nachfolger der *eleatischen Schule* eine Wissenschaft von den Phänomenen geleugnet haben,“ (AA 2: 398 [ênfase minha]). Assim, não somente as declarações sugerem uma retomada consciente dessa tradição, mas a própria distinção platônica entre fenômeno e númeno é retomada por Kant e vinculada à doutrina da “grande luz de 69”, interpretada por Wundt como (SENS-ENT).

A sugestão de uma retomada consciente adquire certeza histórica, segundo Wundt, quando se atenta para alguns dados do final da década de 1760 e início de 1770. De 1767-72 Kant oferece aulas, cujo título anunciado era: “*Encyclopaediam philosophiae universae cum euccincta historia philoeophica secundum Compendium Federe Grundriß der philos. Wissenschaften uno semestre pertractandum proposuit*”. O trabalho de Feder havia sido publicado no mesmo ano e possuía uma “*Einleitung zur philosophischen Historie*”, que reunia alguns dos principais nomes da história da filosofia. Isso, somado ao fato de Kant provavelmente ter lido a “*Historia critica philosophiae*”, de Jacob Brucker, fez com que, nesse período, o filósofo de Königsberg entrasse em contato com os autores da filosofia antiga<sup>52</sup>. Assim, Wundt concorda

50. Ibid.

51. Ibid., p. 164 [ênfase minha]

52. WUNDT, 1924, p. 162-4

com todos os autores anteriores em relação ao papel jogado pelas antinomias na *Umwälzung*, mas recusa a identificação de sua resolução com a (ISET), identificando essa com a (SENS-ENT), impulsionada, por sua vez, pela leitura dos antigos, particularmente Platão.

## 2.5. CONFLITO ENTRE OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO (TONELLI)

Tonelli, contrariamente a Erdmann, Cassirer e Kreimendahl e em acordo com Wundt, identifica a *Umwälzung* com a (SENS-ENT), mas, contrariamente àquele, localiza a origem motivadora de sua afirmação no ano de 1763, nas *Magnitudes negativas*<sup>53</sup><sup>54</sup>.

Neste trabalho, Kant distingue pela primeira vez entre fundamento formal (os clássicos princípios de identidade [PI] e de contradição [PC]) e fundamento real (AA 2: 194) – distinção que, com muitas modificações, será preservada na primeira crítica. Isso introduz a irreduzibilidade de elementos reais e naturais ao PI e PC, o que, embora antecipado por autores como Crusius, era algo longe de óbvio na Alemanha da época<sup>55</sup>, sobretudo em função da preponderância da tradição wolffiana até a década de 1740<sup>56</sup>.

Aqui torna-se claro para Kant que a relação entre fundamento real e consequente, relação causal, por exemplo, jamais pode ser subsumida aos princípios formais. Ele se pergunta: „wie soll ich es *verstehen*, daß, **weil Etwas ist, etwas anders sei?** Eine logische Folge wird eigentlich nur darum gesetzt, weil sie einerlei ist mit dem Grunde“ (AA 2: 202 [ênfase minha]), o que nunca é o caso em relações causais, pois os elementos da relação devem ser distintos entre si e separados no tempo<sup>57</sup>. Assim, como tornar compreensível esse conhecimento e qual seu fundamento? Nos *Sonhos*, Kant defende que somente a experiência pode fundamentá-lo (AA 2: 370), algo que, segundo Tonelli, ocorre por influência de Basedow<sup>58</sup>.

Ora, essas mudanças introduzem uma nova fonte de conhecimento, a sensibilidade, irreduzível à outra, ao entendimento. Enquanto esta última opera através do PI e PC *subordinando* conceitos por meio de cadeias silogísticas

53. “Versuch den Begriff der negativen Größen in die Weltweisheit einzuführen” (AA 2: 165-204)

54. TONELLI, 1963, p. 369

55. Cf. CASSIRER, 1993, p. 549-552

56. Cf. ZAMMITO, 2002, p. 15-23, para uma breve história da ascensão e queda do wolffianismo na Alemanha ilustrada do século XVIII.

57. Notemos que não seria nem necessário nem suficiente nomear Hume para compreender a relação de Kant com o princípio causal nesse período; por outro lado, é necessário e suficiente nomear Crusius e Newton. O crescente empirismo esposado por Kant de 1762-66 não é explicado pela influência da epistemologia inglesa, senão pelos últimos – e, se quisermos acrescentar, pelos filósofos morais ingleses. Cf. PAULSEN, 1875, p. 74; ERDMANN, 1884, p. XX; CASSIRER, 1993, p. 553.

58. TONELLI, 1963, p. 371

e relações gênero-espécie, a primeira *coordena* elementos<sup>59</sup>; é isso que explica sua irreduzibilidade. Kant, embora ainda não as tenha separado, já compreendeu isso: “[...] Und wie etwas könne eine Ursache sein oder eine Kraft haben, ist *unmöglich jemals durch Vernunft einzusehen*, sondern diese Verhältnisse müssen lediglich aus der Erfahrung genommen werden.” (AA 2: 370 [ênfase minha]).

Resta explicar “worauf ist die allgemeine und notwendige Gültigkeit (bzw. der Wahrheitswert) dieses nicht rationalen Prozesses begründet?”<sup>60</sup>. Nessa busca e nas dificuldades geradas pela consideração do espaço e tempo como conceitos encontramos a resposta para a formulação de (ISET). Retirados do campo racional, espaço e tempo garantem a universalidade e necessidade, autonomia e regularidade da sensibilidade.

Agora, essa tese só pode ser afirmada na medida em que já há o problema do conflito entre duas fontes do conhecimento. Assim, na ordem lógica, a necessidade da (SENS-ENT) é anterior a da afirmação da doutrina apenas citada. Segundo Tonelli, a primeira é complementada pelos problemas do espaço e tempo e princípio de causalidade, mas é mais primordial que ambas<sup>61</sup>. Com efeito, embora ele concorde com Wundt na identificação da *Umwälzung* com a (SENS-ENT), o italiano discorda de todos os anteriores em relação à verdadeira influência que motivaria Kant a afirmá-la: não foram as antinomias, mas o conflito entre os fundamentos do conhecimento, cujos germes já estão nas *Magnitudes Negativas*.

## 2.6. COMÉRCIO PSICOFÍSICO E CONTRAPARTES INCONGRUENTES (REICH)

Reich concorda com Tonelli e Wundt quanto à identificação da *Umwälzung* com a (SENS-ENT). Não obstante, não remonta essa distinção nem às antinomias, nem a Platão e às *Magnitudes negativas* e, portanto, não concebe como central o conflito gerado pela diferenciação de fundamento formal e real.

Em sua reconstrução, os dois trabalhos centrais<sup>62</sup> que explicam a defesa dessa tese são os *Sonhos* (1766) e o *opúsculo de 1768*. Diante do já citado problema de psicologia racional, “wie ist die Seele in der Welt gegenwärtig sowohl den materiellen Naturen als denen anderen von ihrer Art [?]” (AA 10: 71), a primeira obra aponta para uma relação que não pode ser intuída sensivelmente, apenas pensada, qual seja, a relação entre alma e corpo. Por outro lado, o segundo trabalho aponta para uma relação que não pode ser pensada, apenas intuída sensivelmente, a saber, as contrapartes incongruentes<sup>63</sup>. Assim,

59. Ibid.

60. Ibid.

61. Ibid., p. 375

62. REICH, 1958, p. XII-XIII

63. Ibid., p. XIV

„[m]it diesem Paar entgegengesetzter Begriffe, zu dem die Reflexion auf Zwei, wie Kant meint, ganz brutale und unleugbare Tatsachen führt, ist aber die Idee einer wesentlichen Mißhelligkeit zweier Komponenten des menschlichen Erkenntnisvermögens, der Sinnlichkeit und des Verstandes, gegeben“<sup>64</sup>.

A constatação desses dois fatos aponta para componentes do conhecimento com diferentes fontes ou fundamentos, sensibilidade e entendimento; assim, exige-se que se reconheça sua distinção.

## 2.7. FUNDAMENTAÇÃO DA MATEMÁTICA (FISCHER)

Segundo Fischer, “[d]er Punkt, wo die kritische Philosophie einsetzt, ist darum die richtige Einsicht in die wissenschaftliche Natur der Mathematik”<sup>65</sup>.

Sua argumentação parte da afirmação dos *Prolegômenos*, de que a divisão entre juízos analíticos e sintéticos é “in Ansehung der Kritik des menschlichen Verstandes unentbehrlich und verdient daher in ihr classisch zu sein” (AA 4: 270). *A Crítica da razão pura* funda-se na compreensão de que há juízos sintéticos *a priori* e que todo conhecimento real depende deles<sup>66</sup>. Essa compreensão, é claro, pressupõe aquela distinção e ela, por sua vez, começa a ser formulada já em 1762.

Agora, nesse momento do desenvolvimento filosófico de Kant, juízo sintético é identificado com empírico e juízo analítico, com *a priori*. Desse modo, por essa ser uma disjunção exclusiva, ou o juízo é sintético e, portanto, fundamenta-se na experiência, ou ele é analítico e, portanto, fundamenta-se na razão pura (concebida de maneira restrita como regida pelo PI e PC), independentemente de toda experiência<sup>67</sup>. Assim, exclusivamente os juízos fundamentados na experiência são sintéticos e exclusivamente aqueles fundamentados no PI e PC são analíticos e *a priori*. Ora, essa formulação disjuntiva impossibilita a própria formulação do problema da primeira *Crítica*, pois seria uma manifesta contradição pensar em um juízo sintético, que se fundamenta na experiência, e simultaneamente *a priori*, que independe de toda experiência.

Os juízos matemáticos, não obstante, apresentam um problema para essa concepção. Eles, junto com os da metafísica e lógica, são *a priori*. Porém, ao contrário dos juízos da segunda, são sintéticos, não no sentido de ter a experiência como fundamento, mas por fundar-se em uma intuição e serem formulados através de

64. Ibid., p. XV [ênfase minha]

65. FISCHER, 1869, p. 305

66. Ibid.

67. FISCHER, 1869, p. 306

um procedimento construtivo<sup>68</sup> - o que já era aceito desde o *Preisschrift*<sup>69</sup>. Assim, são *a priori*, pois independem da experiência, mas também são sintéticos, pois fundam-se em intuições e não no PI e PC<sup>70</sup>. Portanto, Kant tem que reconhecer o caráter sintético *a priori* desses juízos. “Hier ist der Punkt, wo die Entdeckung, welche zur kritischen Philosophie führt, allein gemacht werden konnte”<sup>71</sup>.

Agora, se os juízos da matemática são sintéticos *a priori*, então o fundamento deles também o deve ser. Portanto, espaço (e tempo) devem ser sintéticos *a priori*. Até 1768, porém, o *status* do espaço era algo pouco claro para Kant. Ele era um *objeto* transcendente, não acessível através da experiência e, simultaneamente, condição dessa<sup>72</sup>. Se ele é um objeto transcendente, ele deve ser captado externamente, através da experiência; não obstante, mesmo assumindo que ele o pudesse ser, isso transformaria a geometria em uma ciência empírica, o que seria inaceitável.

A resolução desse problema reside em não o considerar mais um objeto, mas uma intuição pura, uma forma da capacidade cognitiva humana<sup>73</sup>. Assim, preserva-se o caráter *sintético* da geometria, pois ela se funda em uma intuição, e seu caráter *a priori*, porque, enquanto uma forma de nossa capacidade cognitiva ou elemento organizador da nossa experiência, ela é anterior a e independente de toda experiência e percepção.

Na opinião de Fischer, portanto, o que leva Kant à *Umwälzung*, a qual consiste na reflexão sobre a fundamentação dos juízos sintéticos *a priori*, é a descoberta e tentativa de fundamentação destes na matemática. Embora ele discorde quanto ao problema que leva à sua formulação, ele concorda com Erdmann, Cassirer e Kreimendahl que a tese relevante da *Umwälzung* é a (ISET).

## 2.8. ESPINOSISMO (HEIMSOETH)

Segundo Heimsoeth, a rejeição do espaço como um objeto real a qual acabamos de ver decorre, não da fundamentação da matemática, mas da rejeição do espinosismo<sup>74</sup>. Kant veria em qualquer forma de realismo do espaço, ou seja, de considerá-lo uma substância ou propriedade/acidente dessa, o perigo do

68. Ibid., p. 307

69. “*Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral*” (AA 2: 273-296)

70. Cassirer, usando *Reflexionen* publicadas posteriormente ao trabalho de Fischer, reconstrói mais detalhadamente a origem e desenvolvimento da distinção. Cf. CASSIRER, 1993, p. 564-72

71. FISCHER, 1869, p. 307

72. Ibid. Cf. também de VLEESCHAUWER, 1962, p. 49

73. FISCHER, 1869, p. 308

74. HEIMSOETH, 1956, p. 118

espinosismo, doutrina que toma o indivíduo, material ou imaterial, como parte da totalidade (divina)<sup>75</sup>.

Heimsoeth oferece duas evidências materiais a favor de sua tese. A primeira, da *Crítica da razão prática*: “Daher, wenn man jene Idealität der Zeit und des Raums nicht annimmt, nur allein der Spinozism übrig bleibt, in welchem Raum und Zeit wesentliche Bestimmungen des Urwesens selbst sind [...]” (AA 5: 101-2 [ênfase minha]). A segunda, da *Metafísica Pölitz*:

„Wenn ich den Raum als ein Wesen an sich [realismo] annehme, so ist der Spinozismus unwiderleglich, d. h. die Theile der Welt sind Theile der Gottheit. Der Raum ist die Gottheit; er ist einig, allgegenwärtig; es kann nichts außer ihm gedacht werden; es ist alles in ihm.“ (AA 28: 567).

As passagens dizem coisas distintas e complementares: a segunda afirma aquilo que dissemos acima, a saber, que qualquer concepção realista do espaço acarreta espinosismo; a primeira, que a (ISET) é condição necessária para evitar essa consequência (ou, sua negação é condição suficiente para incorrer em espinosismo).

Mas a força do argumento de Heimsoeth é apenas parcialmente fundada nessas passagens. Dois outros pontos a complementam. Em primeiro lugar, o contexto histórico-filosófico mais amplo no qual Kant estava inserido, isto é, contexto da tradição da filosofia moderna, para a qual o debate sobre a natureza do espaço e a tentativa de evitar o materialismo e panteísmo era algo de suma importância – destaque-se Leibniz e Berkley<sup>76</sup>. Em segundo lugar, o próprio desenvolvimento do filósofo de Königsberg mostra que os problemas da relação entre alma, Deus e espaço tornaram-se cada vez mais complicados e exigiam uma solução.

Embora Kant tenha se filiado ao newtonianismo na década de 1750<sup>77</sup>, segundo Heimsoeth, ele sempre evitou as consequências espinosistas dessa perspectiva através de um forma de pluralismo leibniziano<sup>78</sup>. O mundo é composto por diversas substâncias individuais e o espaço não é ele mesmo uma substância nem acidente ou propriedade destas, mas um derivado fenomênico de suas relações<sup>79</sup>. Assim,

75. A despeito do nome desse problema remeter a Espinosa, o conteúdo dele pode ser identificado em More e Newton também: “so unvermeidlich treibt ihn [Newton, discípulo de More] doch die eigene Fassung des Raumprinzips auf etwas wie ein pantheistisches Enthaltensein des Einzelnen im Ganzen, und auf ein Raumverhaftet-Sein des Geistigen hin” HEIMSOETH, 1956, p. 105

76. Quanto ao primeiro, cf. p. 107-113; quanto segundo, p. 113-116.

77. Essa é a posição de autores como ARANA CAÑEDO AGÜELLES (1988, p. 343), e SCHÖNFELD (2000), os quais afirmam que Kant se tornou apenas um newtoniano na década de 50. FRIEDMAN (1998) e LAYWINE (1993) acreditam que ele já o fosse desde o seu primeiro trabalho.

78. HEIMSOETH, 1956, p. 116

79. Há alguns autores que afirmam que o resultado dessa concepção é realidade e outros a idealidade do espaço do Kant pré-crítico. ADICKES (1924, p. 166), FRIEDMAN (1998, p. 9) e SCHÖNFELD (2000, p. 167) são da primeira posição; VUILLEMIN (1987, p. 123), da segunda. Heimsoeth parece concordar com o segundo.

“der Weltbegriff überhaupt stellt sich [...] von Anfang an dar unter der Form eines compositum substantiale, eines Substanzenaggregats - entgegen dem (henistischen) totum, als welches das Raumkontinuum rein für sich selbst erscheint.”<sup>80</sup> Contudo, que substâncias são essas que compõem esse agregado?

Kant, pelo menos a partir da mesma década acima citada, aceita o dualismo entre alma e corpo<sup>81</sup>. A teoria exposta na *Nova dilucidatio* e *Monadologia*<sup>82</sup> não dá conta de operar essa distinção de maneira clara e termina por colocá-la em risco, transformando a alma em um elemento que preenche o espaço, isto é, que é impenetrável, tal como o corpo<sup>83</sup>. Na década de 1760 Kant percebe isso e, portanto, constata também que sua teoria não dava conta da relação entre ambos. Assim, partindo do dualismo, o problema torna-se: como explicar que a alma possa ocupar o espaço sem preenchê-lo?<sup>84</sup>

O outro problema diz respeito à relação de Deus com o espaço, mais especificamente, de sua onipresença neste. Kant rejeita que ela se dê de forma local, pois, se esse fosse o caso, então Ele estaria presente em diferentes lugares ao mesmo tempo e teria uma relação externa consigo, o que é impossível<sup>85</sup>. Deus tampouco pode ser considerado extenso ou a extensão uma propriedade Dele, pois, em primeiro lugar, “[a]usdehnung kann nicht Eigenschaft von Demjenigen sein, ‘der da Verstand und Willen hat’”<sup>86</sup> e, em segundo, pois sua definição como ser infinito e necessário encerra essa possibilidade.

O que há em ambos os casos é uma certa tensão entre os princípios espirituais e a natureza do espaço. Este último ameaça absorver os primeiros, identificando-se com Deus e incorporando as almas como partes de um todo material, tolhendo-lhes a autonomia, individualidade e pessoalidade. A solução reside no privilégio do espiritual sobre o espacial; não se pode atribuir realidade ao espaço, „[n]ur in bestimmter Einstellung und Relation des Geistes auf die Dinge tritt er [o espaço], dann aber auch als ein Notwendiges und Umgreifendes, auf.”<sup>87</sup>

A (ISET) retira o perigo da concepção de um espaço real que tudo abarca e de onde tudo deriva. Agora Deus pode ser princípio de um mundo puramente inteligível (reino dos fins) e a pergunta pelo lugar da alma perde o sentido, pois só

80. HEIMSOETH, 1956, p. 117; Cf. AA 1: 479, na qual Kant afirma explicitamente essa concepção de espaço.

81. NIERHAUS, 1962, p. 45

82. “*Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio*” (AA 1: 385-416) e “*Metaphysicae cum geometria iunctae usus in philosophia naturali, cuius specimen I. continet monadologiam physicam*” (AA 1: 473-488)

83. LAYWINE, 1993, p. 54

84. Isso é apenas uma paráfrase da formulação já exposta do problema dos Sonhos que Kant faz a Mendelssohn (AA 10: 70).

85. HEIMSOETH, 1956, p. 117

86. HEIMSOETH, 1956, p. 118

87. Ibid., p. 119

se pode perguntar pelo lugar daquilo que pode ser objeto dos sentidos externos, o que não é o caso da alma<sup>88</sup>. Portanto, embora Heismsoeth discorde de Erdmann, Cassirer, Kreimendahl e Fischer quanto ao problema que leva Kant à *Umwälzung*, atribuindo isso ao espinosismo, ele aceita que sua solução deve ser identificada com a (ISET).

## 2.9. HUME (PAULSEN)

Paulsen aceita, como todos que até agora expusemos, que a *Dissertação* manifesta uma virada à filosofia crítica: “Wir haben nun [...] die Ansicht gewonnen, die auch die allgemein angenommene ist, dass der Kriticismus mit der Abhandlung von 1770 sich zuerst einführe”<sup>89</sup>. Sua tese geral é que „[...] die Gedankenbildung, welche in der Kritik der reinen Vernunft systematisiert ist, ihren ersten Anstoß empfing durch das Studium Humes”<sup>90</sup>. A primeira *Crítica*, porém, é apenas a culminação do processo que começa na *Dissertação*. Assim, a explicação da *Umwälzung* manifestada na *Dissertação* deve ser buscada em Hume, no sentido de evitar os erros deste. Se esse é o caso, então o “acordar”, citado nos *Prolegômenos*, deve ser localizado nesse período<sup>91</sup>.

A argumentação de Paulsen é indireta. Como a *Dissertação*, tal como constatado criticamente por Wundt, não cita explicitamente o escocês, a via direta de mostrar sua influência através de declarações de Kant está encerrada. Desse modo, Paulsen parte do período crítico, de sua caracterização da filosofia de Hume, seu vínculo com a filosofia crítica e busca mostrar como essas caracterizações se adequam ao conteúdo do trabalho de 1770.

Duas passagens são de particular importância nesse sentido. A primeira, da *Doutrina transcendental do método* (KrV 788). Nela, Kant descreve o escocês como um “geógrafo da razão”, cuja reflexão sobre o princípio causal levou-o a negar seu caráter *a priori*; rejeita-se, portanto, sua necessidade e conclui-se a favor apenas da possibilidade de sua utilização na experiência como derivada do hábito. Disso, Hume decreta a impossibilidade do uso metafísico da razão, isto é, de seu uso para qualquer assunto que vá além de toda experiência possível.

Nos *Prolegômenos* (AA 4: 259) virtualmente o mesmo é dito: o autor dos *Enquiry* jamais questionou a utilidade e legitimidade do princípio causal no campo da experiência, mas sim seu caráter *a priori* e, portanto, também seu uso metafísico.

88. Ibid., p. 122

89. PAULSEN, 1875, p. 127

90. Ibid., p. 126

91. PAULSEN (1875, p. 128) está discutindo com Fischer, que localizava o “acordar” no período dos *Sonhos*, sobretudo porque ele lê nesse trabalho a incorporação do ceticismo humeano. Contra WUNDT (1924, 137-8), ele também rejeita a identificação da influência do escocês no início da década de 60, ao que ERDMANN (1884, p. XX) e CASSIRER (1992, p. 553) estarão posteriormente de acordo.

Ao todo, três coisas são afirmadas nos dois trechos tomados conjuntamente: (a) Hume nega a a prioridade do princípio causal, (b) conseqüentemente, rejeita seu uso metafísico e (c) funda no hábito seu uso legítimo, aquele no campo da experiência. Assim, aparentemente Hume não cairia em um completo ceticismo, pois „die Skepsis richtet sich direct nur gegen die Möglichkeit des Wissens von Gegenständen, die nicht in der Erfahrung gegeben sind“<sup>92</sup>, preservando aqueles da experiência.

No entanto, claro que essa fundamentação de seu uso legítimo é insatisfatória, pois, segundo essa concepção, o princípio causal e, mais geralmente, os princípios sintéticos do entendimento (categorias)<sup>93</sup> „[...] nichts als eine aus Erfahrung und deren Gesetzen entspringende Gewohnheit, mithin bloss empirische, d. i. an sich zufällige Regeln seien, denen wir eine vermeinte Nothwendigkeit und Allgemeinheit beimessen.“ (KrV B 793 [ênfase minha]). Afirmando sua contingência, tal concepção lhes nega sua característica essencial, a necessidade. Se todos os princípios sintéticos do entendimento são contingentes e, como acredita Kant, a matemática não é analítica, então ela também é contingente, pois funda-se nestes. Afinal, dessa maneira, a filosofia humeana acarretaria o completo ceticismo, na medida em que negaria status de ciência à matemática, ciência natural e metafísica.

Na concepção de Kant, Hume acertara em (b), mas errara em (a) e (c), que acarretam o resultado apenas citado. Como declarar isso sem incorrer em ceticismo?

“Die Unterscheidung von Erscheinungen und Dingen an sich, sowie die Einschränkung der Gültigkeit reiner Verstandesbegriffe auf die ersteren, das ist hiernach der Weg, wodurch der absolute Skepticismus allein vermieden werden kann und durch die Kritik vermieden worden ist.“<sup>94</sup>

Assim, através da distinção entre fenômeno e coisa em si e limitação do uso do entendimento ao primeiro, Kant nega, tal como Hume, legitimidade do uso metafísico dos princípios sintéticos do entendimento, mas preserva o status de ciência à matemática e física. „Als wesentliche Leistung der Kritik wurde [...] die Rettung der Naturwissenschaften und der Mathematik gegen den Skepticismus Humes bezeichnet“<sup>95</sup>.

Agora, qual o paralelo disso com a *Dissertação*? Diferentemente da primeira *Crítica*, „[d]ie Dissertation rettet die Metaphysik und die Mathematik“<sup>96</sup> e não ciências naturais e matemática. Não obstante essa diferença, a intenção de ambas é a mesma, responder ao problema deixado por Hume em sua formulação mais ampla: „gibt es Urtheile *a priori* (d. i. solche, die ihre Gültigkeit nicht durch Hinweis

92. PAULSEN, 1875, p. 130

93. Kant afirma a generalização do problema do princípio causal em KrV B795 e AA 4: 260

94. PAULSEN, 1875, p. 133-4

95. Ibid., p. 135

96. Ibid.

auf empirische Facta beweisen wollen), die von Gegenständen gültig sind, (d. i. die nicht bloss Folgen aus beliebigen, will kürlich gemachten Begriffen sind)?<sup>97</sup>

A distinção entre fenômeno e coisa em si é formulada pela primeira vez na *Dissertação* e é o ponto central para a resposta dada a esse problema. É possível juízo *a priori* sobre objetos, pois, por um lado, os conceitos sintéticos do entendimento estão liberados da sensibilidade e permitem conhecer realidades em si e, por outro, os objetos da matemática são determinados através de uma intuição pura<sup>98</sup>. Paulsen sugere que, se a conclusão humeana, tal como Kant a compreendeu, consiste em afirmar a impossibilidade de conhecimento *a priori* válido para objetos e a *Dissertação*, bem como a primeira *Crítica*, nega essa impossibilidade, então ela está respondendo a esse problema.

O discípulo de Trendelenburg até toca no ponto de que falta em 1770 aquilo que as passagens acima colocam como central, a saber, a rejeição do uso metafísico dos conceitos sintéticos do entendimento, isto é, sua limitação aos fenômenos, mas conclui: “man wird dennoch mit Recht sagen können, dass *die Unterscheidung von Noumenen und Phänomenen* auch hier der Gesichtspunct ist, welcher über Hume hinaus führt”<sup>99</sup> Ademais, na *Dissertação*, bem como na *Crítica*, já estaria presente a generalização do problema do princípio causal para os outros princípios do entendimento<sup>100</sup>. Por fim, contra Hume, salva-se a matemática aplicada através da (ISET).

Em conclusão,

“[d]amit wäre denn nachgewiesen, dass die Stellen der späteren Schriften, welche die Anregung der kritischen Gedanken auf Humes Zweifel zurückführen, im Wesentlichen als eine Geschichte der Entstehung der Dissertation von 1770 angesehen werden können.”<sup>101</sup>

Portanto, o ceticismo de Hume seria a influência decisiva para a *Umwälzung* manifestada em 1770. Agora, Paulsen coloca em primeiro plano, como resposta a esse, a distinção entre fenômeno e coisa em si, distinção que, na *Dissertação*, permite a afirmação de conhecimento sintético *a priori* tanto de fenômenos como de coisas em si. Essa resposta, por sua vez, como reconhece Paulsen, só é possível, por um lado, “sofern die Trennung des Intellectuellen vom Sinnlichen als die Befreiung von

97. Ibid. Note-se que, embora Paulsen não a cite, esse é essencialmente o problema colocado na Carta a Herz de fevereiro 1772, não obstante formulado de maneira um pouco distinta. Diante do hiato de dois anos e as implicações que essa pergunta terá para o desenvolvimento da filosofia crítica, caberia perguntar se esse de fato é o problema ao qual a *Dissertação* responde.

98. Ibid., p. 137

99. PAULSEN, 1875, p. 137 [ênfase minha]

100. PAULSEN, 1875, p. 137

101. Ibid., p. 138

der Forderung der Darstellbarkeit desselben [dos conceitos do entendimento] in der Empfindung gefasst wird”<sup>102</sup> e, por outro, conforme ela também permite a relação *a priori* da matemática com objetos através da sensibilidade. Consequentemente, o problema que leva Kant à virada de 1769-70 é o ceticismo humeano e a resposta a esse é identificada com a (SENS-ENT). Assim, Paulsen está ao lado de Wundt, Tonelli e Reich nessa identificação, mas discorda quanto ao motivador principal da afirmação de tal tese.

## 2.10. LEIBNIZ (WINDELBAND)

Para o que nos interessa, a reconstrução dos trabalhos pré-críticos de Windelband começa com o *Preisschrift* e o comprometimento de Kant com a doutrina dos *Grundbegriffe* ou *unauflösliche Begriffe* (AA 2: 280). Esses cumpriam a função de distinguir matemática de filosofia, particularmente seus métodos, e “die Grundsätze der natürlichen Theologie und Moral in wissenschaftlicher Weise feststellen”<sup>103</sup>; no entanto, “hatte er über den Charakter jener unauflöselichen Begriffe und die Methode ihrer Verwerthung noch durchaus unbestimmte Vorstellungen”<sup>104</sup>.

Agora, de 1763-4, data de escrita e publicação do *Preisschrift*, até 1766, duas coisas tornam-se determinadas na filosofia kantiana: (a) a concepção da metafísica como investigação dos limites da razão, como já notamos em nossa exposição de Cassirer (AA 2: 368); (b) a distinção, comum a Lambert, da forma e matéria do conhecimento, sendo ambos, tomados em conjunto, elementos necessários deste (cf. AA 10: 52, 64). A forma é identificada com os *Grundbegriff*, que são considerados *Verhältnissbegriffe* sem realidade própria, os quais somente operam funções sobre a experiência, que, por sua vez, é identificada com a matéria do conhecimento<sup>105</sup>. Ora, ambos os aspectos estão conectados, dado que investigar os limites do conhecimento coincide agora com encontrar suas formas. Entretanto, Kant ainda não teria clareza do *status* epistemológico dessas e não teria encontrado um princípio que direcionasse essa investigação. É aqui que entraria a influência dos *Novos ensaios sobre o entendimento humano* de Leibniz, publicado postumamente na edição de suas obras feita por Raspe (1765) e, posteriormente, por Dutens (1768).

Com Leibniz, Kant adquiriria clareza, por um lado, sobre o caráter dos *Grundbegriffe*, nomeadamente, “dass jene Verhältnissbegriffe [...] in der That nur die Funktionsformen der Vernunft sind”<sup>106</sup>. Por outro, ele adquire clareza da relação desses com a matéria do conhecimento: sendo tais conceitos condição necessária

102. Ibid., p. 137

103. WINDELBAND, 1880, p. 26

104. Ibid.

105. WINDELBAND, 1880, p. 29

106. Ibid., p. 31

de possibilidade da experiência, conhecê-los significa tornar consciente algo que já estava presente de maneira confusa na própria experiência e cuja consciência é ocasionada por esta:

“Die Nouveaux essais behandelten ja gerade dasselbe Thema, an dem er [Kant] mit Lambert sich abmühte: die Verarbeitung der sinnlichen Erfahrung durch die Vernunft. Leibniz hatte zu zeigen gesucht, dass einerseits jene unauflöselichen Begriffe und Grundsätze, mit denen der Geist den Inhalt der Erfahrung in seiner Erkenntnis durchsetzt, nichts anderes enthalten, als das Bewusstsein der Gesetze der geistigen Funktion selbst, und dass andererseits der zu bearbeitende Stoff der geistigen Form nicht als ein Fremdes gegenübersteht, sondern dieselbe bereits in unbewusster, dunkler oder verworrener Gestalt in sich trägt.”<sup>107</sup>

Agora, nos *Novos ensaios* Leibniz também se comprometia com duas outras teorias: em primeiro lugar, que as coisas sensíveis eram “nichts als die sinnliche Erscheinungsform der Dinge, während ihr wahres metaphysisches Wesen ihm nur durch die reine Vernunfterkennntniss zugänglich galt”<sup>108</sup> e, em segundo, que o conhecimento do primeiro tipo de coisas era confuso, particular e contingente e do segundo, claro, universal e necessário. A matemática, para Leibniz, era um conhecimento do segundo tipo, um conhecimento racional.

Ora, Kant, desde o *Preisschrift*, como tivemos oportunidade de ver em nossa exposição de Fischer, estava convencido de que a matemática não era um conhecimento puramente racional, mas intuitivo e sensível. Por outro lado, ele já havia chegado à resolução, a partir dos *Sonhos*, de que a metafísica, embora fosse uma ciência puramente racional, era confusa. Assim, essas duas disciplinas atuavam como contra-argumento da identificação feita por Leibniz de racional-claro e sensível-confuso e, portanto, Kant devia abandoná-la<sup>109</sup>. Agora, se se pressupusesse a (SENS-ENT), distinguindo-se a forma e conteúdo de cada uma delas, seria possível preservar o caráter universal e necessário garantido pela forma tanto da matemática quanto da metafísica – a primeira fundada na forma da sensibilidade, a segunda, na forma do entendimento<sup>110</sup>.

Nesse contexto “machte Kant die einschneidendste seiner Entdeckungen”

<sup>111</sup>. Ao aplicar a teoria dos *Novos ensaios* sobre a sensibilidade, o filósofo de Königsberg descobre a (ISET). Com efeito, a afirmação de (ISET) tem seu precedente em Leibniz, na afirmação do inatismo virtual desse livro:

107. Ibid., p. 30

108. Ibid.

109. WINDELBAND, 1880, p. 32

110. Ibid., p. 33

111. Ibid.

“Er behandelt also Raum und Zeit genau so, wie Leibniz in den Nouveaux essais die Formen der Verstandesthätigkeit behandelt hatte, er behauptet von ihnen dasselbe virtuelle Angeborensein, welches Leibniz den »ewigen Ideen« zugeschrieben hatte, und wie jener darauf die Möglichkeit einer reinen und allgemeingültigen Verstandeserkenntnis, so gründet Kant darauf seine Lehre von einer reinen, nothwendigen und allgemeingültigen Erkenntnis der Sinnlichkeit, d. h. der Mathematik. War die Leibnizische Ontologie eine Reflexion auf die nothwendigen Formen des Denkens, so ist für Kant die Mathematik eine Reflexion auf die nothwendigen Formen der sinnlichen Anschauung.”<sup>112</sup>

Finalmente, embora Windelband cite a (SENS-ENT) como anterior à (ISET), sua ênfase está na segunda, que é a “einschneidendste seiner [de Kant] Entdeckungen” e constitui o elo que o liga com Leibniz. Assim, para Windelband, o fator decisivo da *Umwälzung* é a leitura dos *Novos ensaios*<sup>113</sup> e ela é identificada aqui junto com Erdmann, Cassirer, Kreimendahl, Fischer e Heimsoeth com a (ISET).

### 3. CONCLUSÃO

Agora que vimos a defesa de todas as teses, podemos agrupar os autores segundo a ênfase em uma ou outra tese da *Dissertação* para a caracterização da *Umwälzung*. No grupo que enfatiza (ISET) estão Erdmann, Cassirer, Kreimendahl, Fischer, Heimsoeth e Windelband; no outro, que enfatiza a distinção de gênero entre sensibilidade e entendimento, estão Wundt, Tonelli, Reich e Paulsen. Assim, ordenando os resultados aqui obtidos, podemos representar qual o motivador da *Umwälzung* e a tese privilegiada da *Dissertação* segundo cada autor aqui exposto.

<b>Autores</b>	<b>Motivador da Umwälzung</b>	<b>Tese da Dissertação</b>
1. Erdmann	Antinomias	(ISET)
2. Cassirer	Antinomias e Leibniz-Clarke	(ISET)
3. Kreimendahl (Ertl e Kuehn)	Antinomias e Hume	(ISET)
4. Fischer	Fundamentação da matemática	(ISET)
5. Heimsoeth	Espinosismo	(ISET)
6. Windelband	Leibniz	(ISET)
7. Wundt	Antinomias e Platão	(SENS-ENT)
8. Tonelli	Conflito entre as fontes de conhecimento	(SENS-ENT)

112. Ibid., p. 37

113. Tonelli, em seu trabalho sobre a recepção dos *Novos ensaios* na década de 1760 e 1770, torna improvável a teoria apresentada por Windelband. Cf. 1974, p. 453

9. Reich	Problema do comércio psico-físico e contrapartes incongruentes	(SENS-ENT)
10. Paulsen	Hume	(SENS-ENT)

Façamos agora alguns breves comentários sobre tudo que vimos. Em primeiro lugar, a partir de nossa exposição, torna-se claro que os motivadores da *Umwälzung* afirmado pelos autores dificilmente são excludentes *per se*. Quero dizer que, embora os autores foquem em uma ou outra tese, essas teses, em muitos casos, não são excludentes. Por exemplo, não é inconcebível que os problema das antinomias, da fundamentação da matemática, do espinosismo e do comércio psicofísico tenham jogado todos algum papel na *Umwälzung*. Pelo contrário, dado o caráter bastante dinâmico<sup>114</sup> e experimental do pensamento kantiano, sobretudo em seu período pré-crítico, esses problemas podem formar uma teia que conduz às teses da *Dissertação*. A afirmação precedente só incorreria em problemas, caso quiséssemos oferecer uma interpretação da R5037 ou localizar o momento do “acordar”, pois então teríamos que designar, aí sim, *um* motivador e momento da “grande luz” e do “acordar” – e, mesmo nesse caso, ainda estaria aberta a possibilidade de identificar mais de um motivador, como fazem Kreimendahl, Ertl e Kuehn em relação às antinomias e Hume. Entretanto, enquanto nossa preocupação não for tão restrita, está aberta a possibilidade de conceber uma miríade de motivadores da *Umwälzung*.

Em segundo lugar, pode-se também questionar o próprio modelo utilizado pela maior parte dos autores apresentados e também por nós, de que há *um* momento decisivo da virada à filosofia crítica<sup>115</sup>. Esse modelo dificilmente se adequa aos fatos e não precisamos ir muito longe para mostrá-lo: conforme mencionamos na exposição do trabalho de Cassirer e Windelband, Kant elabora uma nova concepção de metafísica nos *Sonhos*, nomeadamente, dela como investigação dos limites da razão (AA 2: 368). Ora, ninguém negará que essa é uma virada à concepção de filosofia do período crítico. Que ela conviva com a outra concepção, que aparecerá de algum modo na *Dissertação*, de que metafísica é a disciplina que investiga as propriedades ocultas dos objetos (AA 2: 367), não serve como contra-argumento ao fato de que há ali uma virada a uma concepção crítica; as proposições não são mutuamente excludentes. Mais conspícuo ainda é o caso da carta a Herz de fevereiro de 1772. O problema da dedução transcendental não está posto no período da *Dissertação* – exceto na leitura de Paulsen, que parece sugerir o contrário. Assim, a descoberta desse problema, o qual configura o que se costuma chamar de “o coração da primeira *Crítica*”, também constitui uma virada à filosofia crítica e é posterior àquela de 1769-70. Os exemplos poderiam ser multiplicados, conduzindo-nos até a década

114. Trevisan, 2016, p. 439

115. Hinske, 1970, p. 10-12; Zammito, 2002, p. 259-60; Trevisan, 2016, p. 440.

de 1750, mas é desnecessário fazê-lo. Esses dois casos mostram que provavelmente o modelo e seus pressupostos estão equivocados, modelo cuja utilização simplifica indevidamente o desenvolvimento kantiano, no qual, em realidade, parece sempre haver elementos “pré-críticos” e “críticos” até sua culminação no trabalho de 1781<sup>116</sup>.

Finalmente, juntando os dois pontos, o que obtemos é uma concepção que aceita uma miríade de motivadores que conduzem à filosofia crítica e essa condução não culmina apenas em um momento específico, mas acontece progressivamente.

## BIBLIOGRAFIA:

ADICKES, Erich. *Kant als Naturforscher*. Tübingen: De Gruyter, 1924

ARANA CAÑEDO AGÜELLES, Juan. Comentario. In: *Pensamientos sobre la verdadera estimación de las fuerzas vivas*. Traducción y Comentario de Juan Arana Cañedo-Argüelles. Bern: Peter Lang, 1988

CASSIRER, Ernst. *Kant's Life and Thought*. Michigan: Yale University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *El problema del conocimiento, v. II.*. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

ERDMANN, Benno. *Einleitung zu Immanuel Kant's Prolegomena zu einer künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*. Hg. und historisch erklärt von B. E., p. I-CXIV. Leipzig: 1878.

\_\_\_\_\_. *Die Entwicklungsperioden von Kant theoretischer Philosophie*. In: *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie. aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen*. Hrsg. von Benno Erdmann. Neudr. der Ausg. Leipzig: 1882/1884

ERTL, Wolfgang. *Hume's antinomy and Kant's critical turn*. In: *British Journal for the History of Philosophy*, 10 (2002), p. 617-6.

FISCHER, Kuno. *Clavis Kantiana* (1858). Übers. und einl. von Schmitt, A. In: BUSCHE, H. (Hrsg). *Kant als Bezugspunkt philosophischen Denkens: Festschrift für Peter Baumanns zum 75. Geburtstag*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2010.

\_\_\_\_\_. *Geschichte der neuern Philosophie. Bd III. Kant's Vernunftkritik und deren Entstehung*. 2. rev. Aufl. Heidelberg: Verlagsbuchhandlung von Friedrich Bassermann, 1869.

116. Trevisan, 2016, p. 440

\_\_\_\_\_. *Geschichte der neuern Philosophie. Bd IV. Immanuel Kant und seine Lehre, I Teil*. Fünfte Auflage. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1909

FRIEDMAN, Michael. *Kant and the Exact Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 1998

KANT, Immanuel. *Gesammelte Schriften*. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-.

KREIMENDAHL, Lothar. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Köln: Dinter, 1990.

KUEHN, Manfred. *Kant's Conception of "Hume's Problem"*. In: *Journal of the History of Philosophy*, 21 (1983), pp. 175-193.

LAYWINE, Alison. *Kant's early metaphysics and the origins of the critical philosophy*. California: Ridgeview Publishing Company, 1993

HEIMSOETH, Hans. *Der Kampf um den Raum -in der Metaphysik der Neuzeit (1925)*. Em: *Studien zur philosophie Immanuel Kants*. Köln: Kölner Universitäts-Verlag, 1956

HINSKE, Norbert. *Kants Begriff der Antinomie und die Etappen seiner Ausarbeitung*. In: *Kant-Studien*, 56 (1965), p. 485-496

\_\_\_\_\_. *Kants Weg zur Transzendentalphilosophie*. Stuttgart: Kohlhammer, 1970.

HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NIERHAUS, Friedrich. *Das Problem der psychophysischen Kommerziums in der Entwicklung der Kantische Philosophie*. Dissertação de doutorado. Köln, 1962.

PAULSEN, Friedrich. *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Kantischen Erkenntnistheorie*. Leipzig, 1875.

\_\_\_\_\_. *Immanuel Kant: sein Leben und seine Lehre*. 2. und 3. Auflage. Stuttgart: Fr. Frommanns Verlag E. Hauff, 1899.

REICH, Klaus. *Über das Verhältnis der Dissertation und der Kritik der reinen Vernunft und die Entstehung der kantischen Raumlehre*. In: KANT, I. *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*. Hamburg: Felix Meiner, 1958.

TONELLI, Giorgio. *Die Umwälzung von 1769 bei Kant*. In: *Kant-Studien*, 54 (1963), pp. 369-375

\_\_\_\_\_. *Leibniz on Innate Ideas and the Early Reactions to the Publication of the Nouveaux Essais (1765)*. In: *Journal of the History of Philosophy*, 12 (1974), pp. 437-454

TREVISAN, D. K. *Os pensamentos sobre a verdadeira estimação das forças vivas e o surgimento de motivos críticos no pensamento de Kant*. In: *Rev. Filos., Aurora*, 28 (2016), p. 433-457.

VLEESCHAUWER, Herman J. *The Development of Kantian Thought: The History of a Doctrine*. Tr: DUNCAN, A.R.C. Londres: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962

VAIHINGER, Hans. *Commentar zu Kants "Kritik der reinen Vernunft". Bd 1I*. Stuttgart/Berlin/Leipzig: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1892.

\_\_\_\_\_. *Commentar zu Kants "Kritik der reinen Vernunft". Bd 1*. Stuttgart/Berlin/Leipzig: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1922.

VUILLEMIN, Jules. *Physique et métaphysique kantienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987

WINDELBAND, Wilhelm. *Die Geschichte der neueren Philosophie in ihrem Zusammenhange mit der allgemeinen Cultur und den besonderen Wissenschaften, vol. 2*. Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1880.

WUNDT, Max. *Kant als Metaphysiker: ein Beitrag zur Geschichte der deutschen Philosophie im 18. Jahrhundert*. Stuttgart: Verlag von Ferdinand Enke, 1924.

ZAMMITO, John. *Kant, Herder, and the Birth of Anthropology*. Chicago: Chicago University Press, 2002.